

Resumo dos principais eventos

CENÁRIO ECONÔMICO

Os indicadores de atividade econômica a respeito do segundo trimestre mostraram estabilidade em relação ao trimestre anterior. Ao mesmo tempo o desemprego recuou e os salários cresceram. Esses fatores justificaram para cima a projeção de crescimento do PIB em 2024, de +1,89% para 2,09%, conforme divulgado no último Boletim Focus de junho. Além disso, as enchentes no Rio Grande do Sul causaram expressiva queda na atividade econômica gaúcha, mas já há sinais de recuperação.

Em maio, o IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) subiu +0,25% relativamente ao mês anterior, inferior à mediana das projeções de +0,30%. Na comparação anual, a expansão foi de +1,30%. Ademais, houve revisão para os dados dos meses anteriores. O número de janeiro foi revisado de +0,60% para +0,66%, fevereiro de +0,36% para +0,46% e março de +0,01% para +0,26%. No último trimestre encerrado em maio, houve alta de +0,53% e na comparação trimestral até maio com o mesmo trimestre do ano anterior o avanço foi de +1,24%. Com o carregamento positivo para o IBC-Br no segundo trimestre, o mercado revisou a expectativa de crescimento do PIB para acima de +2,00% em 2024. Assim, a leitura do IBC-Br corroborou a resiliência da atividade econômica no segundo trimestre.

O indicador de tráfego pesado nas rodovias da Associação Brasileira de Concessões Rodoviárias (ABCR) e de papel ondulado da Associação Brasileira de Papel Ondulado (ABPO), que são indicadores antecedentes da indústria, referentes ao mês de junho apontaram expansão do setor com destaque para o avanço de +6,81% do tráfego pesado nas rodovias após ter recuado -5,73% em maio devido às enchentes no Rio Grande do Sul (RS.) Na mesma direção, a produção de papel ondulado registrou alta de +1,01%, recuperando parcialmente a queda de -1,72% do mês anterior. Dessa forma, observou-se que os impactos negativos das enchentes sobre a indústria foram concentrados no mês de maio.

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao mês de maio mostrou estabilidade do setor no referido mês, vindo melhor do que o consenso (-0,71%). A surpresa ficou por conta da expansão de +0,60% do setor no RS. Com este resultado, o setor de serviços encontra-se +12,71% acima do nível antes da pandemia e -0,91% abaixo do pico da série histórica em dezembro de 2022. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE registrou avanço de +1,23%, vindo acima do teto das projeções de mercado de +0,70%. Com este resultado, o comércio acumulou alta de +3,44% em 12 meses e se encontra +9,81% acima do nível antes da pandemia e no patamar mais elevado já registrado na série histórica.

A taxa de desemprego recuou, o nível de ocupação e a taxa de participação da força de trabalharam aumentaram, assim como a geração de empregos formais subiu e os rendimentos reais avançaram no segundo trimestre. A taxa de desemprego recuou e atingiu 7,10% em maio refletindo o aumento da ocupação, visto que a população ocupada cresceu +1,0% pelo segundo trimestre consecutivo, com altas no número de trabalhadores informais e, principalmente, formais. O crescimento do rendimento real médio foi de +1,10% no trimestre encerrado em maio, após a elevação de +1,43% no trimestre anterior.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou na passagem de maio para junho, de +0,46% para +0,21%, vindo abaixo do consenso de mercado (+0,32%). Na métrica de doze meses, o índice registrou variação de +4,23%, valor acima da leitura do mês anterior (+3,93%).

A média dos cinco núcleos de inflação cedeu de +0,39% em maio para +0,23% em junho. A medida veio abaixo do esperado pelo mercado (+0,32%). O índice de difusão, que mede a proporção de preços com variação positiva, saiu de 57,29% em maio para 52,25% em junho. Apesar da redução da inflação corrente, as expectativas de inflação aumentaram em razão da atividade econômica resiliente, mercado de trabalho aquecido e do forte aumento dos gastos do governo.

O setor público apresentou déficit primário de R\$63,9 bilhões em maio, vindo pior que o consenso de mercado que projetava déficit de R\$59 bilhões. O resultado foi decorrente da combinação entre os déficits de R\$60,80 bilhões do governo federal, R\$1,1 bilhão dos governos regionais e R\$2,0 bilhões das estatais. No acumulado em doze meses até maio, o setor público teve déficit de R\$280,2 bilhões (2,50% do PIB), ante o déficit de R\$266,5 bilhões até o mês de abril. O resultado acumulado em 12 meses evidencia

que, apesar da aprovação das medidas de aumento de receitas no ano passado, o atingimento da meta fiscal em 2024 será desafiador.

O resultado nominal do setor público, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 138,3 bilhões em maio, ante o déficit de R\$ 119,2 bilhões no mesmo mês do ano anterior. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R\$ 1.061,9 trilhão (9,57% do PIB), ante R\$ 1.042,8 trilhão (9,45% do PIB) em abril de 2024. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que engloba o governo federal, os governos regionais e o INSS, avançou para 76,8% do PIB (R\$ 8,5 trilhões), registrando elevação de +0,50 p.p. em relação ao mês anterior.

O ambiente externo caracterizou-se pela resiliência da atividade econômica e a continuidade gradual do processo de desinflação. As expectativas de inflação permaneceram ancoradas nas economias desenvolvidas. Em contrapartida, as economias emergentes apresentaram elevação nas expectativas de inflação tanto em 2024 quanto para 2025. Com isso, houve elevação para os juros de referência, alta dos juros de longo prazo e a postergação das expectativas de redução das taxas de juros nesses países.

A atividade econômica nos Estados Unidos (EUA) se manteve sólida, apesar de uma desaceleração esperada pelo mercado. A sustentação do consumo das famílias, beneficiado pelo mercado de trabalho aquecido, promoveu o crescimento econômico no período. Por outro lado, o investimento demonstrou um crescimento menor em virtude das taxas de juros em patamares historicamente elevados. Além disso, observou-se que os indicadores de confiança estão em níveis baixos e o ambiente econômico relativamente incerto reforçam as perspectivas de moderação da atividade norte-americana nos próximos trimestres.

A inflação nos EUA continuou em desaceleração e convergente ao objetivo da meta, a despeito da persistência no núcleo de serviços. O banco central norte-americano reconheceu o cenário benigno, mas manteve a cautela em relação aos próximos passos de política monetária. Assim, a taxa de juros permaneceu no intervalo entre 5,25% e 5,50% a.a. Na sua última reunião, em junho, o Comitê de Política Monetária (FOMC) manteve a taxa inalterada, reafirmando a necessidade de reavaliar a política monetária de acordo com o fluxo dos dados recebidos.

Já o Banco Central Europeu (BCE) deu início ao afrouxamento monetário na reunião de junho com a redução de -0,25 p.p. da taxa de juros de referência. A presidente do BCE destacou a estabilidade das projeções de inflação para embasar a decisão do corte de juros e a destacou como fundamental para que a autoridade monetária se mantenha confiante sobre a trajetória futura dos preços. No tocante aos próximos passos da política monetária, pouco foi revelado sobre o futuro, com o BCE não se comprometendo com nenhuma trajetória para a taxa de juros e reafirmou que permanece a abordagem dependente de dados (data dependent).

O crescimento econômico da China apresentou desaceleração, com indicadores mensais sugerindo que as vendas no comércio varejista e atividade de serviços perderam impulso. O investimento também desacelerou, em especial, no setor de construção civil. A produção industrial e as exportações, por outro lado, mantiveram-se sustentadas. Assim, os dados de atividade corroboram o cenário de que a economia chinesa dificilmente cumprirá a meta de crescimento de +5% para o PIB neste ano.

As expectativas mostram que a inflação dos países emergentes segue acima das metas e suas moedas apresentaram desvalorização no trimestre, com exceção da moeda chilena, que reagiu positivamente à valorização do cobre no período. De modo geral, os riscos para as economias emergentes seguiram elevados e estiveram relacionados às incertezas quanto ao início da flexibilização monetária nos EUA, ao desempenho da economia chinesa e ao menor ritmo de redução de suas respectivas taxas básicas de juros.

Abril foi um mês desafiador tanto para os mercados de renda fixa quanto para os de renda variável ao redor do mundo. A combinação de dados inflacionários elevados nos Estados Unidos (EUA) e da primeira estimativa do PIB americano que, apesar de inicialmente fraco, evidenciou uma demanda resiliente alimentou receios de que os bancos centrais manteriam a política monetária em nível contracionista.

O mercado de renda fixa foi afetado pela alteração nas expectativas, com o mercado reduzindo a quantidade de quedas esperadas para as taxas de juros norte-americanas neste ano de três para duas, bem como o adiamento do início dos cortes de junho para setembro. Além disso, as bolsas norte-americanas interromperam a sequência de cinco meses de alta reagindo à redução das perspectivas no que se refere à queda dos juros nos EUA. No fim do mês, o S&P500 havia acumulado baixa de -4,16%.

No Brasil, houve uma mudança no tom das declarações dos dirigentes do banco central brasileiro, o que levou o mercado a precificar um corte menor de -0,25 p.p. na reunião do Comitê de Política Monetária de maio, reduzindo o ritmo de cortes de juros (-0,50 p.p.). Desse modo, as taxas de juros futuras avançaram e contribuíram para a desvalorização do mercado acionário local. Além disso, a preocupação fiscal ganhou corpo dado que não serão necessários apenas números maiores de arrecadação, mas também esforços para contenção gastos, o que não foi sinalizado pelo governo. No mês, o dólar se valorizou +3,54% (R\$5,19/US\$) em relação ao real e o Ibovespa acumulou queda de -1,70%.

Maio foi um mês de recuperação para os ativos de risco no exterior, com as bolsas globais retomando ganhos após a correção que marcou o mês anterior. Como catalisadores, dados mais amenos do mercado de trabalho dos Estados Unidos (EUA), que renovou a expectativa do início do corte de juros em setembro. Neste ambiente, as taxas de juros futuras recuaram nas economias centrais. Como impulso adicional, o desempenho das empresas, em especial as do setor de tecnologia, evidenciados pelos balanços referentes ao primeiro trimestre, superaram as expectativas do mercado. No mês, o S&P500 avançou +4,80%.

Os ativos brasileiros operaram na contramão do exterior, em maio, com queda das ações brasileiras, alta nas taxas de juros futuras e depreciação do real. A temporada de balanços no mercado local não foi suficiente para contrabalancear a queda do petróleo no mês. Destaque para a queda das ações da Petrobras que, além da desvalorização dos preços do petróleo, sofreu com a confirmação da troca do seu presidente em um movimento que aumentou a preocupação do mercado sobre interferência política na gestão da estatal.

As taxas de juros futuras avançaram diante de uma reunião dividida do Comitê de Política Monetária (COPOM) entre diretores do governo anterior que votaram por um corte de -0,25 p.p., e os apontados pelo governo atual que votaram por um corte de -0,50 p.p., alimentou o receio em relação à condução da política monetária a partir do ano que vem, em que o segundo grupo se torna maioria. No tocante ao fiscal, números piores das contas públicas, gastos adicionais com a tragédia climática no Rio Grande do Sul e a derrota do governo no STF sobre a reoneração da folha de pagamentos, contribuíram para gerar mais ceticismo em torno do arcabouço fiscal. Nesse ambiente, o Ibovespa registrou perda de -3,04% no mês e o dólar se valorizou em relação ao real, de forma que a moeda estrangeira fechou cotada a R\$5,25/US\$ (+1,13%) no final de maio.

Em junho, as taxas de juros futuras dos Estados Unidos recuaram, principalmente, influenciadas por números de inflação e atividade mais fracos, com um fechamento de 10 bps no rendimento dos títulos com vencimento de 10 anos. Nesse ambiente, que impulsionou as expectativas da redução da taxa básica de juros norte-americana a despeito da postura conservadora dos dirigentes do banco central do país, as bolsas norte-americanas registraram novas máximas históricas. Mais uma vez, as empresas de tecnologia lideraram os ganhos, com Microsoft, Apple e Nvidia revezando o posto de empresa mais valiosa do mundo. No mês, o S&P500 acumulou valorização de +3,47%.

No Brasil, a bolsa apresentou uma melhora puxada por ações de empresas exportadoras e o ajuste de alguns papéis sensíveis à economia doméstica já amplamente descontados, enquanto o dólar e a curva de juros avançaram diante da piora contínua em torno da situação fiscal. Na sua decisão de junho, o Comitê de Política Monetária (COPOM) confirmou o esperado pelo mercado ao manter a taxa Selic estável, de forma unânime, em 10,50% a.a., além de sustentar um tom de cautela no seu comunicado. A decisão foi bem recebida pelo mercado diante do compromisso do banco central brasileiro (BCB) com a meta de inflação, mas críticas por parte do presidente da república à atuação do BCB, em especial ao presidente da instituição, tiraram força do movimento de fechamento da curva de juros.

Além disso, o que contribuiu para a depreciação do real e aumento das taxas de juros futuras com mais ímpeto foi a situação das contas públicas, que mostrou números piores, o que adicionou preocupação com relação à entrega das metas do arcabouço fiscal. Nesse ambiente, o Ibovespa registrou ganho de +1,48% no mês e o dólar se valorizou em relação ao real, de forma que a moeda estrangeira fechou cotada a R\$5,59/US\$ (+2,00%).

PLANO I

No segundo trimestre, o Plano I apresentou rentabilidade acumulada de +1,80% contra a meta atuarial de +2,25%, ficando 0,45 ponto percentual abaixo desta meta no período.

O principal segmento que contribuiu de forma positiva para a performance do Plano I foi o de Empréstimos a Participantes, que registrou rentabilidade de +4,48% no período, seguido de Renda Fixa (+1,94%), Imobiliário (+0,36%), Investimentos Estruturados (-2,84%), Investimentos no Exterior (0,00%) e Renda Variável (0,00%). Estes dois últimos segmentos foram desinvestidos em 2023, posto que se trata de um plano de benefícios definido fechado com maior risco de equilíbrio técnico.

A tragédia climática no Rio Grande do Sul, registrada entre o fim de abril e o início de maio, produziu incertezas a respeito do impacto sobre a economia nacional. De um lado, houve uma disrupção da atividade econômica no estado. De outro, mesmo com as enchentes, espera-se que o desempenho do PIB agropecuário poderá ser superior ao verificado no ano passado visto que grande parte da safra de 2024 já tinha sido colhida antes das enchentes e que a produção do estado havia sido prejudicada também por dificuldades climáticas em 2023.

Em junho, a inflação acumulada de 12 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), voltou a acelerar, registrando taxa de +4,23% versus +3,93% em maio devido à alta dos alimentos em domicílio. Além disso, a desagregação por categorias mostrou uma alta mais forte dos serviços em grande parte pela alta dos preços dos serviços pessoais. O Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua reunião de junho, manteve a taxa Selic em 10,50% a.a., em linha com as expectativas do mercado. Apesar da deterioração do cenário, com destaque para a desvalorização do real frente ao dólar, desancoragem das expectativas de inflação e as incertezas à sustentabilidade do arcabouço fiscal, o balanço de risco não foi alterado, de modo que demandará maior cautela por parte do referido Comitê em suas próximas reuniões.

O resultado acumulado do primeiro semestre do ano foi de +4,14% contra a meta atuarial de +5,06%, resultado 0,92 ponto percentual abaixo desta meta (INPC+4,70% a.a.), no mesmo período.

PLANO II

A rentabilidade do segundo trimestre no Plano II foi de +0,96% contra a meta atuarial no mesmo período de +2,08%, resultado 1,12 ponto percentual abaixo desta meta.

O principal segmento que contribuiu de forma positiva para a performance do Plano II foi o de Investimentos no Exterior, que registrou rentabilidade de +11,37% no período, seguido de Empréstimos a Participantes (+3,99%), Renda Fixa (+1,12%), Imobiliário (+0,66%), Investimentos Estruturados (+0,06%) e Renda Variável (-7,84%). No exterior, o principal tema continuou sendo a política monetária nos Estados Unidos (EUA). Os dados do trimestre referentes ao mercado de trabalho e inflação mostraram leituras benignas, indicando um cenário de acomodação. Levando-se esses pontos em consideração, o mercado espera que o primeiro corte de juros ocorra na reunião de setembro. Sendo assim, o mercado de renda fixa teve um trimestre positivo nos EUA, com as taxas de juros registrando fechamento. Além disso, os ganhos do trimestre foram liderados pelos resultados positivos das empresas de tecnologia de modo que as bolsas norte-americanas voltaram a registrar máximas históricas.

No Brasil, os ativos operaram na contramão do exterior em virtude da deterioração do cenário fiscal. No trimestre, as derrotas do governo no congresso, a falta de apoio do presidente da república ao cumprimento do arcabouço fiscal, a insistência de aumento de arrecadação ao invés de corte de despesas, a mudança de meta de primário e as iniciativas parafiscais produziram uma piora no cenário fiscal, além das interferências na Petrobrás. Como resultado, aumentou a preocupação do mercado com a trajetória da dívida pública que não deve mostrar queda nos próximos anos. A desancoragem fiscal resultou no desempenho desfavorável dos ativos brasileiros no trimestre, com abertura das curvas de juros, queda da bolsa e o dólar, no pior momento, ultrapassou o patamar de R\$5,60/US\$.

O resultado acumulado do primeiro semestre do ano foi de +2,83% contra a meta atuarial de +4,71%, resultado 1,88 ponto percentual abaixo desta meta (INPC+4,00% a.a.), no mesmo período.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

No segundo trimestre, o PGA apresentou rentabilidade de +2,46% contra o CDI de +2,53%, ficando 0,07 ponto percentual abaixo do referido índice no período. A carteira do plano é composta por fundos soberanos de alta liquidez que rentabilizam muito próximo ao CDI. A desancoragem das expectativas de inflação foi o fator principal para a manutenção da taxa Selic em 10,50% a.a. pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua reunião de junho, tendo em vista a expectativa do repasse da desvalorização cambial para os preços domésticos. A forte queda do real frente ao dólar no período deveu-se, principalmente, aos ruídos fiscais e às dificuldades de se implementar os ajustes necessários. Assim, a taxa Selic deve encerrar 2024 em 10,50% a.a., o que beneficia a rentabilidade dos fundos soberanos.

No primeiro semestre, o PGA apresentou rentabilidade de +5,48% contra o CDI de +5,22%, ficando 0,26 acima do referido índice no período.

PLANO ASSISTENCIAL

O Plano Assistencial apresentou rentabilidade de +2,25% contra o CDI de +2,53%, ficando 0,28 ponto percentual abaixo do referido índice no período. A carteira é composta em grande parte por fundos de alta liquidez com retornos alinhados à meta do plano. Todavia, a posição marginal em títulos públicos atrelados à inflação marcados a mercado que compõem o portfólio não contribuiu para a performance no período, visto que a desancoragem das expectativas de inflação foi responsável pela abertura das curvas de juros. A inflação esperada permanece distante da meta de 3% a.a.

O primeiro semestre do ano apresentou retorno acumulado +5,23%, resultando em 0,01 ponto percentual acima do CDI de +5,22%, no mesmo período.

PLANO FAMÍLIA

No segundo trimestre, o Plano Metrus Família apresentou rentabilidade de +1,28% contra o CDI de +2,53%, ficando 1,25 ponto percentual abaixo do referido índice no período.

O fundo de juros e moedas, que busca oportunidades em renda fixa e moedas, apresentou menor performance no trimestre por conta da abertura da curva de juros local. O aumento da inclinação da curva, fruto da deterioração do cenário de inflação, fez o mercado precificar um possível aumento de juros nos próximos anos. A carteira de crédito bancário foi favorecida pelo carregamento intrínseco de ativos com rentabilidade acima de 100% do CDI. Por outro lado, a estratégia de fundos multimercado apresentou retornos mistos com posições detratoras vendidas em dólar contra o real que foram compensadas por posições compradas em juros locais. Na estratégia long&short, que implementa posições compradas e vendidas em ações, o setor financeiro e utilidade pública foram os destaques positivos do trimestre ao passo que o setor de materiais básicos foi o principal detrator.

O primeiro semestre do ano apresentou retorno acumulado +3,60%, resultando em 1,62 ponto percentual abaixo do CDI de +5,22%, no mesmo período.

INVESTIMENTOS

Evolução da rentabilidade por segmento dos planos

PLANO I (BD)

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/24	MAI/24	JUN/24	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,38	0,39	0,79	0,74	1,94	4,36
Renda Variável	-0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,09
Imobiliário	0,43	0,09	0,12	0,15	0,36	0,79
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	4,49	1,68	1,37	1,37	4,48	9,17
Investimentos Estruturados	1,10	-1,10	-0,17	-1,59	-2,84	-1,77
Meta Atuarial (INPC+4,70% a.a.)	2,75	0,75	0,85	0,63	2,25	5,06
Total Plano I - BD	2,30	0,36	0,75	0,68	1,80	4,14

PLANO II (CV)

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/24	MAI/24	JUN/24	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,08	-0,16	0,91	0,36	1,12	3,23
Renda Variável	-3,63	-5,96	-2,70	0,72	-7,84	-11,18
Imobiliário	0,95	0,24	0,24	0,18	0,66	1,61
Investimentos no Exterior	7,13	2,32	2,27	6,43	11,37	19,31
Empréstimos	4,03	1,31	1,30	1,33	3,99	8,18
Investimentos Estruturados	0,86	0,22	-1,24	1,08	0,06	0,91
Meta Atuarial (INPC+4,00% a.a.)	2,58	0,70	0,79	0,58	2,08	4,71
Total Plano II - CV	1,85	-0,30	0,59	0,68	0,96	2,83

INVESTIMENTOS

PGA - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/24	MAI/24	JUN/24	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,94	0,86	0,82	0,76	2,46	5,48
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDI	2,62	0,89	0,83	0,79	2,53	5,22
Total PGA	2,94	0,86	0,82	0,76	2,46	5,48

PLANO ASSISTENCIAL

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/24	MAI/24	JUN/24	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,92	0,74	0,83	0,66	2,25	5,23
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDI	2,62	0,89	0,83	0,79	2,53	5,22
Total Plano Assistencial	2,92	0,74	0,83	0,66	2,25	5,23

PLANO METRUS FAMÍLIA

DISCRIMINAÇÃO	ACUM. 1º TRI	ABR/24	MAI/24	JUN/24	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Renda Fixa	2,41	0,21	0,87	0,33	1,41	3,86
Investimentos Estruturados	0,51	0,48	-1,26	0,07	-0,72	-0,21
Meta de Rent. (CDI)	2,62	0,89	0,83	0,79	2,53	5,22
Total Plano Metrus Família	2,29	0,22	0,74	0,32	1,28	3,60

INVESTIMENTOS

Principais índices de mercado

ÍNDICE	ACUM. 1º TRI	ABR/24	MAI/24	JUN/24	ACUM. 2º TRI	ACUM. ANO
Poupança	1,64	0,60	0,59	0,54	1,74	3,40
IGPM	-0,91	0,31	0,89	0,81	2,02	1,10
INPC	1,58	0,37	0,46	0,25	1,08	2,68
IGP-DI	-0,98	0,72	0,87	0,50	2,10	1,11
CDI	2,62	0,89	0,83	0,79	2,53	5,22
IBX-100	-4,29	-1,34	-3,18	1,51	-3,04	-7,20
IBOVESPA	-4,53	-1,70	-3,04	1,48	-3,28	-7,66
FIPE Saúde	1,04	0,84	0,65	0,72	2,23	3,29

Dados estatísticos do empréstimo pessoal

Total de empréstimos concedidos: **2.804**

DISCRIMINAÇÃO		ABR/24	MAI/24	JUN/24
DADOS CONTÁBEIS	Total Concedido Acumulado	56.599.132,29	56.089.040,08	56.046.180,24
	Fundo de Morte/Invalidez	17.050.513,94	17.231.705,28	17.472.990,89

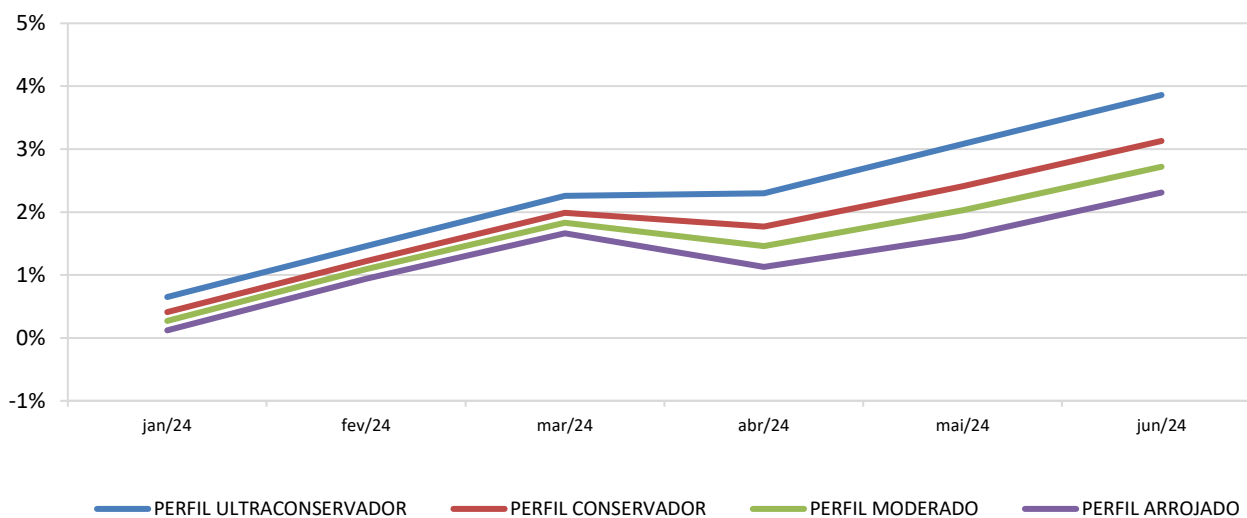
DISCRIMINAÇÃO		ABR/24	MAI/24	JUN/24
INADIMPLÊNCIA MENSAL	Valores cobrados no mês	2.175.915,33	2.181.376,87	2.198.717,71
	Inadimplência	56.337,76	61.620,30	63.423,22
	%	2,59%	2,82%	2,88%
INADIMPLÊNCIA ACUMULADA (EM RELAÇÃO AO VALOR CONTÁBIL)	Valores em atraso	3.610.075,67	3.664.579,35	3.667.271,48
	%	6,38%	6,53%	6,54%

INVESTIMENTOS

Rentabilidade dos Perfis de Investimento - Plano II

MÊS	PERFIL ULTRACONSERVADOR			PERFIL CONSERVADOR			PERFIL MODERADO			PERFIL ARROJADO		
	ATIVO			ATIVO			ATIVO			ATIVO		
	Cota (R\$)	Rent. Mês (%)	Rent. Acum (%)	Cota (R\$)	Rent. Mês (%)	Rent. Acum (%)	Cota (R\$)	Rent. Mês (%)	Rent. Acum (%)	Cota (R\$)	Rent. Mês (%)	Rent. Acum (%)
Jan/24	16,6184297	0,65	0,65	16,7591304	0,41	0,41	15,8013342	0,27	0,27	14,8963336	0,12	0,12
Fev/24	16,7518241	0,80	1,46	16,8946982	0,81	1,22	15,9300229	0,81	1,09	15,0178382	0,82	0,94
Mar/24	16,8835887	0,79	2,26	17,0227653	0,76	1,99	16,0471134	0,74	1,83	15,1246177	0,71	1,66
Abr/24	16,8915406	0,05	2,30	16,9854836	-0,22	1,77	15,9889296	-0,36	1,46	15,0456190	-0,52	1,13
Mai/24	17,0203440	0,76	3,08	17,0927006	0,63	2,41	16,0781178	0,56	2,03	15,1178842	0,48	1,61
Jun/24	17,1479214	0,75	3,86	17,2134539	0,71	3,13	16,1871386	0,68	2,72	15,2213562	0,68	2,31

RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO



INVESTIMENTOS

Alocação dos Investimentos

ALOCAÇÃO POR PLANO

PLANOS	VALOR (R\$)	%
Plano I	1.604.825.938,22	42,36
Plano II	1.974.575.427,47	52,12
PGA - Plano de Gestão Administrativa	37.776.412,38	1,00
Plano Assistencial	166.063.957,46	4,38
Plano Metrus Família	5.188.383,70	0,14
Total	3.788.430.119,23	100,00

INVESTIMENTOS

SEGMENTO DE INVESTIMENTO POR PLANO

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	1.504.653.992,76	93,76
Renda Variável	47.629,92	0,00
Imobiliário	62.614.429,19	3,90
Empréstimos	10.159.411,07	0,64
Investimentos Estruturados	27.350.475,28	1,70
Total	1.604.825.938,22	100,00

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	1.569.334.800,67	79,48
Renda Variável	96.926.018,50	4,91
Imobiliário	30.305.412,25	1,53
Investimentos no Exterior	76.469.594,60	3,87
Empréstimos	45.886.769,17	2,33
Investimentos Estruturados	155.652.832,28	7,88
Total	1.974.575.427,47	100,00

PGA - Plano de Gestão Administrativa

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	37.776.412,38	100,00
Total	37.776.412,38	100,00

Plano Assistencial

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	166.063.957,46	100,00
Total	166.063.957,46	100,00

INVESTIMENTOS

Plano Metrus Família

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	4.923.930,81	94,90
Investimentos Estruturados	264.452,89	5,10
Total	5.188.383,70	100,00

Consolidado

SEGMENTO	VALOR (R\$)	%
Renda Fixa	3.282.753.094,08	86,65
Renda Variável	96.973.648,42	2,56
Imobiliário	92.919.841,44	2,45
Investimentos no Exterior	76.469.594,60	2,02
Empréstimos	56.046.180,24	1,48
Investimentos Estruturados	183.267.760,45	4,84
Total	3.788.430.119,23	100,00

INVESTIMENTOS

RENDA FIXA – DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
TÍTULOS PÚBLICOS	1.058.301.964,83	70,34	65,94
Secretaria do Tesouro Nacional	1.058.301.964,83	70,34	65,94
TÍTULOS PRIVADOS	115.823.937,81	7,70	7,22
LETRAS FINANCEIRAS SIMPLES E SUBORDINADAS	97.757.619,78	6,50	6,09
Banco ABC Brasil	23.511.509,06	1,56	1,47
Banco Bradesco	30.597.623,95	2,03	1,91
Banco Daycoval	6.266.501,38	0,42	0,39
Paraná Banco	37.381.985,39	2,48	2,33
DEBÊNTURES	9.723.602,55	0,65	0,61
Cemig	9.723.602,55	0,65	0,61
CERTIFICADO DE CRÉDITOS BANCÁRIOS	8.342.715,48	0,55	0,52
New Energy	8.342.715,48	0,55	0,52
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	263.922.987,36	17,54	16,45
RENDA FIXA	257.172.192,11	17,09	16,02
Banco Santander	89.278,60	0,01	0,01
Bradesco RF DI Federal Extra	108.245.560,33	7,19	6,75
BB Institucional Fed. FIC Renda Fixa LP	13.299.166,99	0,88	0,83
Kinea IPCA FICFIM	2.191.172,58	0,15	0,14
METRUS 1 FI Renda Fixa	121.064.711,91	8,05	7,54
VINCI PARTNERS	12.282.301,70	0,82	0,77
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	6.750.795,25	0,45	0,42
Banco BVA	762.019,23	0,05	0,05
VINCI PARTNERS	5.988.776,02	0,40	0,37
Outros	66.605.102,76	4,43	4,15
Outros Direitos a Receber	66.605.102,76	4,43	4,15
Total	1.504.653.992,76	100,00	93,76

INVESTIMENTOS

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
TÍTULOS PÚBLICOS	893.588.076,19	56,94	45,25
Secretaria do Tesouro Nacional	893.588.076,19	56,94	45,25
TÍTULOS PRIVADOS	306.867.192,35	19,55	15,54
LETRAS FINANCEIRAS SIMPLES E SUBORDINADAS	289.545.072,16	18,45	14,66
BANCO ABC Brasil	36.601.690,33	2,33	1,85
Banco Bradesco	99.238.058,32	6,32	5,03
Banco Daycoval	31.409.716,56	2,00	1,59
Banco Safra	57.013.893,45	3,63	2,89
Paraná Banco	35.214.744,27	2,24	1,78
Banco BTG Pactual	30.066.969,23	1,92	1,52
DEBÊNTURES	17.322.120,19	1,10	0,88
Cemig	4.861.794,51	0,31	0,25
Rota das Bandeiras	11.848.244,95	0,75	0,60
Sabesp	612.080,73	0,04	0,03
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	311.563.386,94	19,85	15,78
RENDA FIXA	299.256.869,77	19,07	15,16
ARX METRUS 2 FI RF CP	75.333.928,53	4,80	3,82
Bradesco RF DI Federal Extra	74.765.815,82	4,76	3,79
BB Institucional Fed. FIC Renda Fixa LP	13.933.373,41	0,89	0,71
Kinea IPCA FICFIM	56.751.321,41	3,62	2,87
VINCI PARTNERS	78.472.430,60	5,00	3,97
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	12.306.517,17	0,78	0,62
Banco BVA	329.006,97	0,02	0,02
VINCI PARTNERS	11.977.510,20	0,76	0,61
Outros	57.316.145,19	3,65	2,90
Outros Direitos a Receber	57.316.145,19	3,65	2,90
Total	1.569.334.800,67	100,00	79,48

INVESTIMENTOS

PGA - Plano de Gestão Administrativa

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	10.253.515,73	27,14	27,14
RENDA FIXA	10.146.657,91	26,86	26,86
Bradesco RF DI Federal Extra	10.011.737,10	26,50	26,50
BB Institucional Fed. FIC Renda Fixa LP	134.920,81	0,36	0,36
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	106.857,82	0,28	0,28
Banco BVA	72.307,81	0,19	0,19
VINCI PARTNERS	34.550,01	0,09	0,09
Outros	27.522.896,65	72,86	72,86
Outros Direitos a Receber	27.522.896,65	72,86	0,73
Total	37.776.412,38	100,00	100,00

Plano Assistencial

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
TÍTULOS PÚBLICOS	128.599.581,02	77,44	77,44
Secretaria do Tesouro Nacional	128.599.581,02	77,44	77,44
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	37.464.376,44	22,56	22,56
REFERENCIADO	36.902.311,52	22,22	22,22
Banco Santander	19.101,02	0,01	0,01
BB Institucional Fed. FIC Renda Fixa LP	12.104.648,83	7,29	7,29
Bradesco RF DI Federal Extra	24.778.561,67	14,92	14,92
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	562.064,92	0,34	0,34
Banco BVA	423.864,93	0,26	0,26
VINCI PARTNERS	138.199,99	0,08	0,08
Total	166.063.957,46	100,00	100,00

INVESTIMENTOS

Plano Metrus Família

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
TÍTULOS PÚBLICO	1.248.002,79	25,35	24,05
Secretaria do Tesouro Nacional	1.248.002,79	25,35	24,05
TÍTULOS PRIVADOS	970.435,76	19,71	18,70
LETRAS FINANCEIRAS SIMPLES E SUBORDINADAS	970.435,76	19,71	18,70
Banco Daycoval	206.021,14	4,18	3,97
Banco Panamericano	217.722,65	4,42	4,20
Banco BTG Pactual	245.220,69	4,98	4,73
Banco ABC Brasil	122.429,90	2,49	2,36
Paraná Banco	179.041,38	3,64	3,45
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	2.705.492,26	54,95	52,15
RENDA FIXA	2.705.492,26	54,95	52,15
Bradesco RF DI Federal Extra	1.538.144,62	31,24	29,65
Kinea IPCA FICFIM	1.167.347,64	23,71	22,50
Total	4.923.930,81	100,00	94,90

INVESTIMENTOS

RENDA VARIÁVEL - DIVERSIFICAÇÃO POR GESTOR

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
AÇÕES	47.629,92	100,00	0,00
Dividendos	47.629,92	100,00	0,00
Total	47.629,92	100,00	0,00

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
AÇÕES	33.970,08	0,04	0,00
Dividendos	33.970,08	0,04	0,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES	96.892.048,42	99,96	4,91
BBM Smid Caps Valor FIC FIA	12.293.586,48	12,68	0,62
Constellation Institucional FIC FIA	17.060.742,77	17,60	0,86
Ibiuna Equities FIC FIA	14.718.999,43	15,19	0,75
IBIUNA Equities30 FIC FIA	5.631.886,21	5,81	0,29
M SQUARE Institucional FIC FIA	11.558.148,00	11,92	0,59
Moat Capital FIC FIA	14.797.368,87	15,27	0,75
SPX Apache FIC FIA	20.831.316,66	21,49	1,05
Total	96.926.018,50	100,00	4,91

INVESTIMENTOS

IMOBILIÁRIO - DIVERSIFICAÇÃO POR INVESTIMENTO

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
IMÓVEIS	62.614.429,19	100,00	3,90
Shopping Metrô Boulevard Tatuapé	36.579.973,43	58,42	2,28
Condomínio Panamby (em construção)	26.034.455,76	41,58	1,62
Total	62.614.429,19	100,00	3,90

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
IMÓVEIS	30.305.412,25	100,00	1,53
Shopping Metrô Itaquera	30.305.412,25	100,00	1,53
Total	30.305.412,25	100,00	1,53

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - DIVERSIFICAÇÃO POR GESTOR

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR	76.469.594,60	100,00	3,87
SCHRODER PLAN II FIM	76.469.594,60	100,00	3,87
Total	76.469.594,60	100,00	3,87

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS - DIVERSIFICAÇÃO POR GESTOR

Plano I

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES	27.350.475,28	100,00	1,70
FIP BVEP Plaza	2.156.166,65	7,88	0,13
FIP Florestas do Brasil	3.976.306,57	14,54	0,25
FIP Inseed FIMA	1.604.692,99	5,87	0,10
Signal Capital FIC FI Participações	9.539.589,88	34,88	0,59
Investidores Institucionais III	138.006,02	0,50	0,01
Multiner FIP	(15.447,99)	-0,06	0,00
P2 Brasil Infraestrutura III FIQFIP	5.160.123,30	18,87	0,32
Industrial Parks	829.527,86	3,03	0,05
Stratus SCP Brasil FIP	3.961.510,00	14,48	0,25
Total	27.350.475,28	100,00	1,70

Plano II

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES	23.806.446,12	15,29	1,21
Copa Florestal III FIP	408.341,80	0,26	0,02
FIP BVEP Plaza	1.437.444,44	0,92	0,07
FIP Florestas do Brasil	1.228.998,55	0,79	0,06
FIP Inseed FIMA	1.069.795,56	0,69	0,05
Signal Capital FIC FI Participações	4.914.334,20	3,16	0,25
Investidores Institucionais II	(435.336,59)	-0,28	-0,02
P2 Brasil Infraestrutura FIQFIP	8.284.619,09	5,32	0,42
P2 Brasil Infraestrutura III FIQFIP	2.581.245,50	1,66	0,13
Industrial Parks	355.493,60	0,23	0,02
Stratus SCP Brasil FIP	3.961.510,00	2,55	0,20
FUNDOS MULTIMERCADOS	131.846.386,16	84,71	6,68
CLARITAS LONG SHORT FICFIM	24.149.697,46	15,52	1,22
GIANT ZARATHUSTRA II	38.251.737,75	24,58	1,94
IBIUNA LONG SHORT STLS FICFIM	29.455.352,34	18,92	1,49
IBIUNA LONG SHORT FP FICFIM	11.496.805,63	7,39	0,58
NEO PROVECTUS I FICFIM	28.492.792,98	18,31	1,44
Total	155.652.832,28	100,00	7,88

INVESTIMENTOS

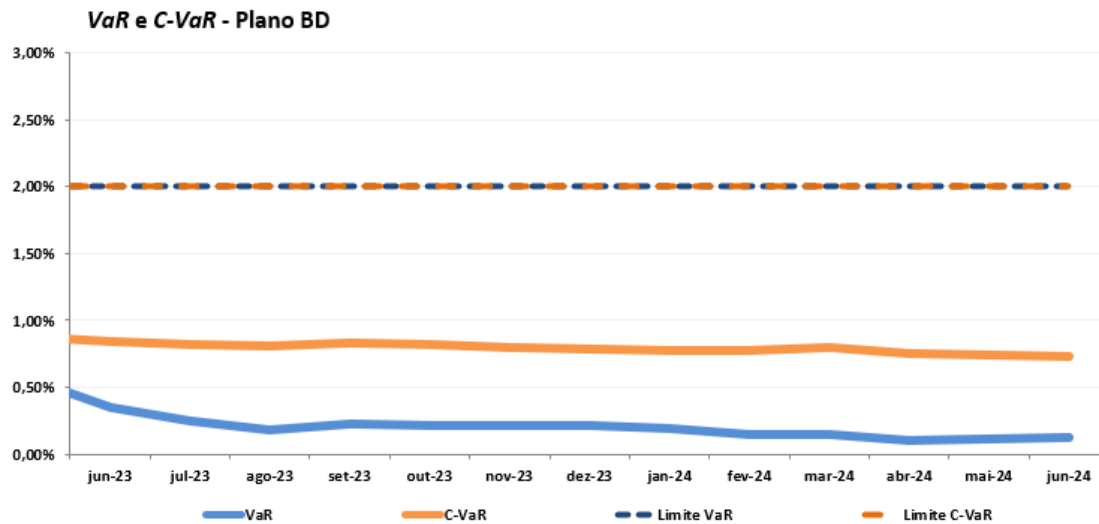
Plano Metrus Família

SEGMENTO	VALOR (R\$)	% SEGMENTO	% PL PLANO
FUNDOS MULTIMERCADOS	264.452,89	100,00	5,10
CLARITAS LONG SHORT FICFIM	71.210,72	26,93	1,37
GIANT ZARATHUSTRA II	74.345,25	28,11	1,43
IBIUNA LONG SHORT FP FICFIM	88.267,94	33,38	1,70
NEO PROVECTUS I FICFIM	30.628,98	11,58	0,59
Total	264.452,89	100,00	5,10

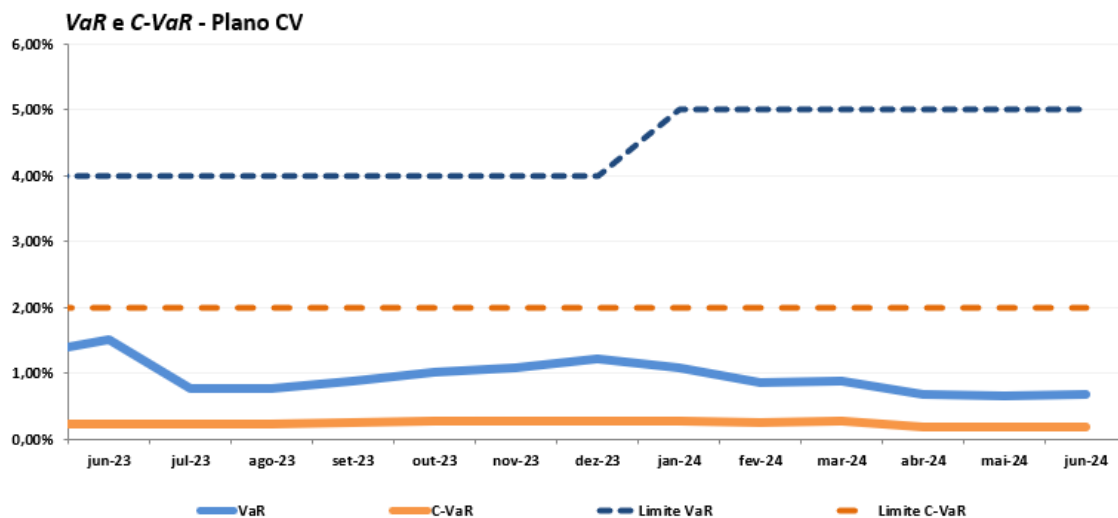
INVESTIMENTOS

Monitoramento de Riscos de Mercado e Crédito

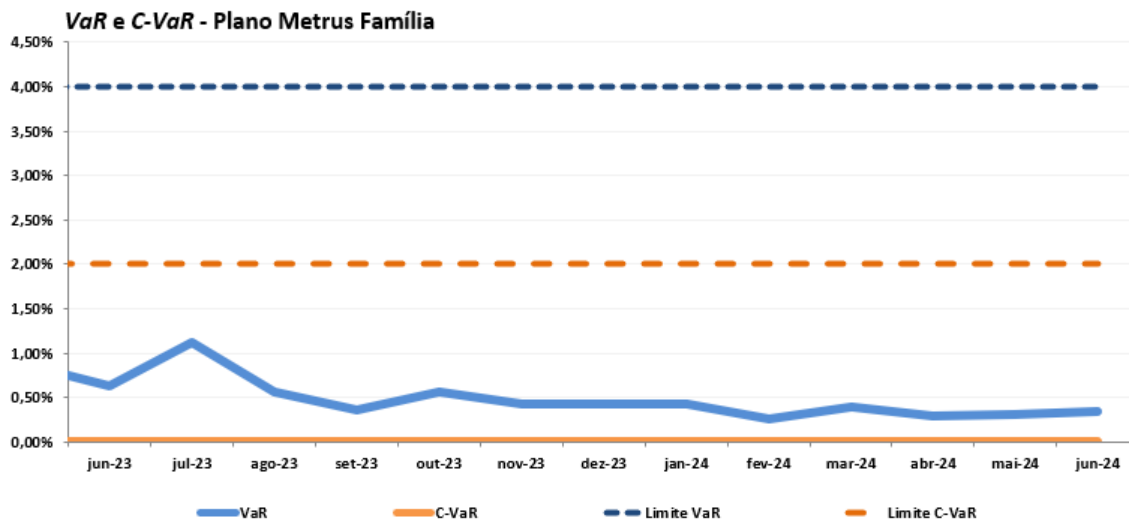
PLANO I



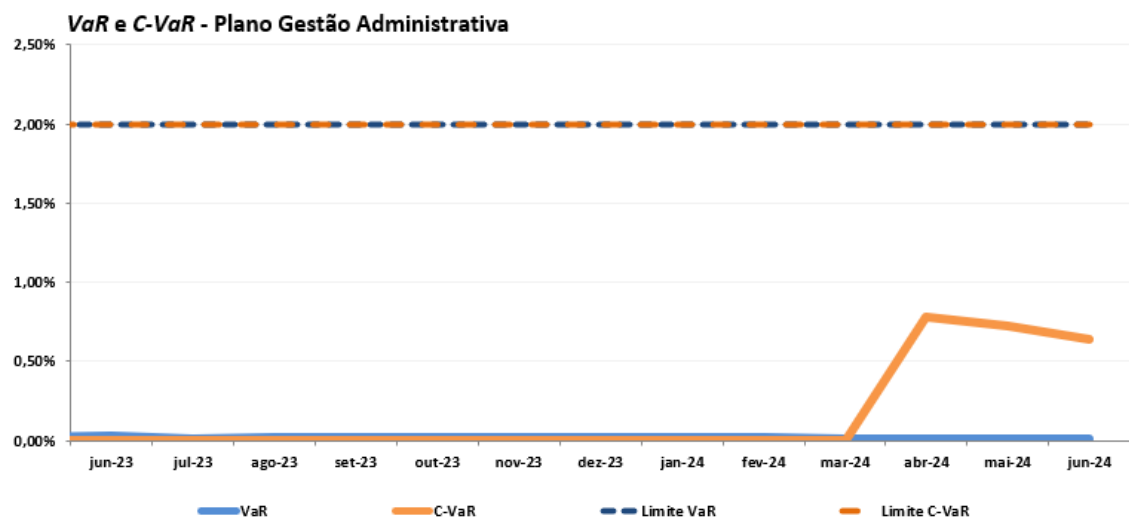
PLANO II



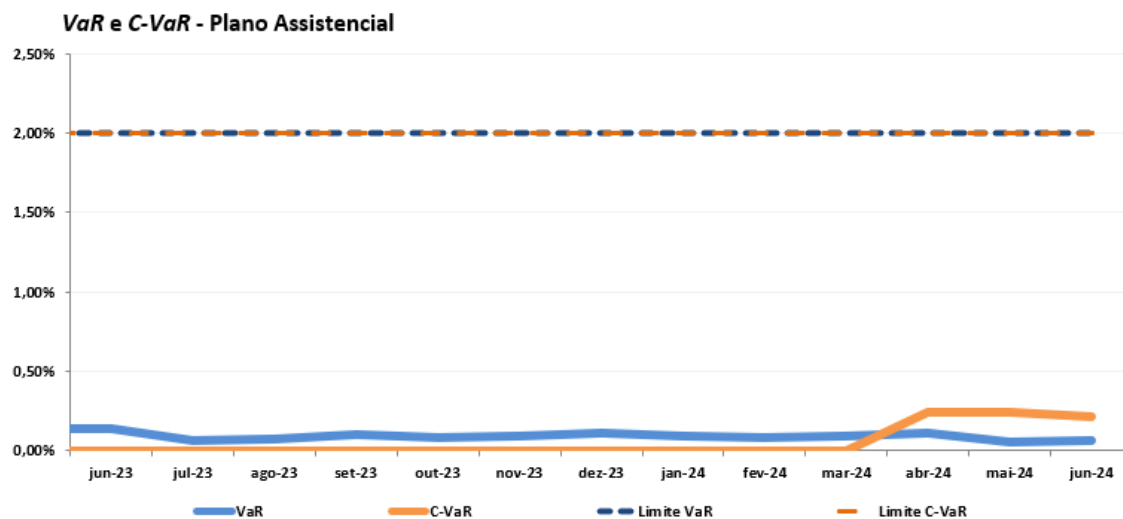
PLANO METRUS FAMÍLIA



PGA – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



PLANO ASSISTENCIAL



Comentário: O Risco de Mercado (*VaR*) e de Crédito (*C-VaR*) de todos os Planos encerraram o 2º trimestre de 2024 respeitando os limites estabelecidos nas Políticas de Investimentos.